



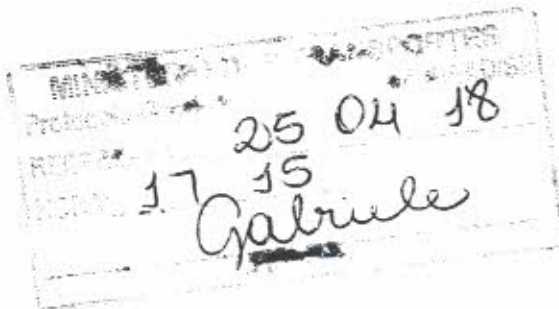
ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Mau
OK

Campo Alegre – AL, 25 de abril de 2018.

Ofício GP 82/2018

Excelentíssimo Senhor
Valter Casimiro Silveira
Ministro dos transportes, portos e aviação civil
Esplanada dos Ministérios Bloco R
Ministério das Comunicações
Brasília, DF,
CEP 70044-902



Assunto: Solicitação de mudança de passagem subterrânea para carros e motos na duplicação da BR 101, no município de Campo Alegre (AL), trecho Distrito Luziápolis, lotes (04 e 05), devido as condições de trafegabilidade na BR 101 pelos municípios.

Venho por meio deste, solicitar a mudança da passagem subterrânea para carros e motos na duplicação da BR 101, no município de Campo Alegre/AL, trecho Luziápolis no percurso dos lotes 04 e 05. O pedido se dá pelo fato de que no projeto esta passagem está localizada na entrada da antiga e desativada Usina Sinimbu, localizada no município de Jequiá da praia, distante 8,5Km do Distrito de Luziápolis. A usina encerrou suas atividades em março de 2016, atualmente esta localidade possui apenas 72 residências, e sua estrutura esta sendo desmontada e deteriorada, como também existe um processo de recuperação judicial, onde esses 72 moradores terão que desocupar suas casas, ficando totalmente inabitável, enquanto que no distrito de Luziápolis a população é de 23.000 habitantes, conforme (IBGE).

O distrito é cortado pela BR 101, de um lado fica Luziápolis e do outro lado o bairro Pilãozinho com 810 residências e uma população estimada de 2.500 habitantes, esses moradores precisam fazer a travessia da BR 101 para buscar atendimento médico, levar seus filhos para as escolas e demais serviços ofertados pelo poder público, os comerciantes serão afetados financeiramente, além de que no bairro Pilãozinho existe a sede do engenho da cachaçaria Caraçupe, conhecida mundialmente que possui em seu quadro de funcionários, uma média de 70 funcionários que precisam fazer a travessia diariamente pela BR para trabalhar.

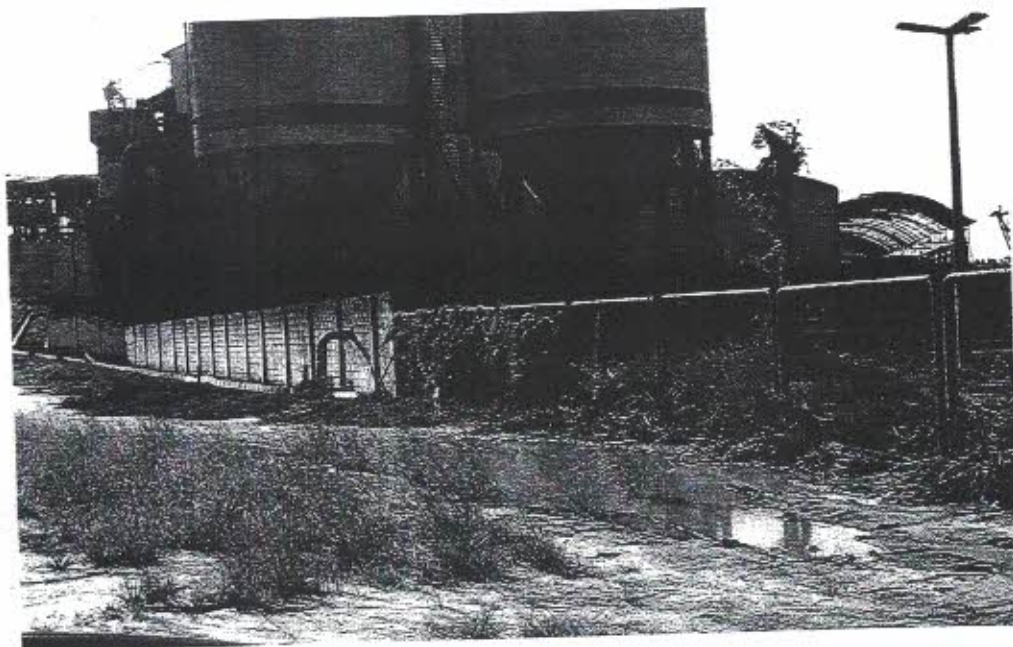
Nas audiências realizadas ao longo do período de 5 anos, na atual gestão, junto ao DNIT e ao Ministro dos Transportes, conseguimos a construção de uma passarela de pedestre, tornando-se o único meio de locomoção para os moradores de uma via a outra, porém não será o suficiente. No projeto consta barreiras de contenção em uma extensão de 1Km da marginal, impossibilitando a travessia por parte desses moradores de um lado para o outro. Conseguimos também a extensão em 600 metros, do projeto original de via marginal, tamanho foi o crescimento do Distrito de Luziápolis.

Vale salientar que a execução da obra ficou parada durante muito tempo, neste período a população local teve um crescimento considerável, hoje com uma realidade totalmente diferente, o projeto não atende a realidade local. Os moradores fizeram ligações para ouvidoria do DNIT onde



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Sede da Usina Sinimbu desativada:



Dave



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

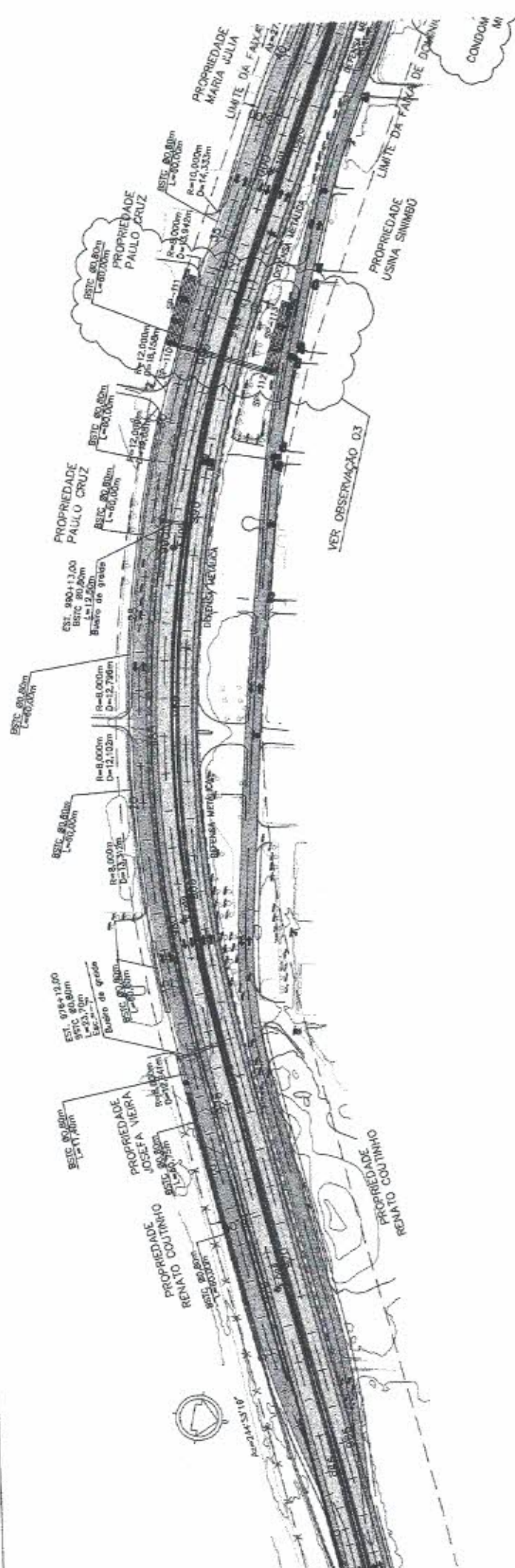
Sirvo-me do presente para

Aguardamos análise dos pedidos e posterior aprovação do que for possível.

Sendo o que há para o momento, subscrevo-me

Atenciosamente,

Pauline de Fátima Pereira Albuquerque
Prefeita Municipal



Audiência discute duplicação da BR-101 em Alagoas.

14/10/2009 | Alagoas | Geral

Publicação do portal GazetaWeb, 14 de outubro de 2009.

Superintendente do Dnit, Fernando Fortes, nega 'superfaturamento' em obras do estado

Gazetaweb — Daniel Dabasi

Foi realizada na manhã desta quarta-feira (14), na sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), no bairro de Jaraguá, em Maceió, uma audiência pública para discutir os rumos das obras de duplicação da BR-101, nos trechos que passam pelo município de São Miguel dos Campos, seguindo até a divisa com o estado de Sergipe.

Composto a mesa, os engenheiros Rommel Mello Cruz, chefe de engenharia, Luis Munhoz Prosel Júnior, Coordenador Geral de Construção Rodoviária, e Fernando Fortes Melro, superintendente do Dnit. Eles explicaram a uma plateia formada por donos de propriedades, representantes do Exército, do Ibama, do IMA e população interessada como será o processo de duplicação da rodovia e quais os impactos causados no decorrer e pós-duplicação.

"A intenção da audiência é promover um debate com a sociedade acerca das obras, para que não haja problemas futuros", disse Munhoz. Após a audiência, de acordo com o ele, será iniciado o processo licitatório e depois da escolha da empreiteira, será dado um prazo de 540 dias para o início das obras.

Desde o anúncio da duplicação, proprietários rurais e pessoas que moram às margens da rodovia se mostraram preocupados com a notícia de que uma grande área será utilizada para a execução da obra. Durante a audiência, responsáveis pelo projeto explicaram que um trecho com cerca de 40m será usado como faixa de domínio, partindo do eixo e seguindo pelas laterais da rodovia.

Luiz Jacobá Filho, dono de propriedades rurais, pediu explicações aos engenheiros sobre as passagens que serão construídas dentro de uma de suas fazendas.

Munhoz esclareceu que os moradores que vivem nessa faixa de domínio já foram cadastrados e que todos serão recolocados ou indenizados, conforme avaliação do Dnit. Ao todo, a obra, desse trecho, incluindo as indenizações, custará R\$: 651.389.618,20, dinheiro proveniente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A audiência foi realizada para atender aos dispositivos da Lei 8.666/93, que determina que todas as obras cujos valores sejam superiores a R\$ 150 milhões sejam divulgadas à comunidade afetada.

"A publicação do edital de licitação está prevista para o dia 15 de novembro. Depois de eleita a empresa, a empreiteira terá um prazo de 540 dias para começar as obras", emendou o engenheiro.

Suposto 'superfaturamento'

Questionado sobre uma matéria de repercussão nacional, que mostrava indícios de 'superfaturamento' das obras em Alagoas, por meio de uma avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU), o superintendente do Dnit, Fernando Fortes, disse que houve um erro por parte do veículo de comunicação que divulgou a matéria. Ele declarou que as obras da duplicação da rodovia em Alagoas não começaram de fato, o que torna, segundo Fortes, as informações inverídicas.

O portal Terra divulgou, no último dia 12, matéria informando que as obras estariam 'travadas' em Alagoas e que o TCU havia feito uma fiscalização em julho por ter detectado indícios de

'superfaturamento'.

A reportagem denuncia ainda que o grupo de pessoas que serão atingidas pelas obras desconhece a possível desapropriação e que o TCU obrigou o Dnit a fazer nova licitação. Veja a reportagem, íntegra, no link localizado em matérias relacionadas.

ouvidoria@dnit.gov.br

para mim.

Conforme solicitado, segue abaixo a resposta ao seu acionamento.

Resposta referente ao acionamento de protocolo número: 142339

Sua Mensagem

Peço que revejam o projeto de duplicação aqui na área de Luziápolis - AL, pois a rodovia corta a cidade e estão construindo apenas uma passarela, onde irão ficar mais de 3000 pessoas ligadas. O correto seria uma passagem subterrânea ou como queiram chamar

Resposta da Ouvidoria

BOM DIA O PROJETO JÁ FOI APROVADO PELOS SETORES COMPETENTES, COM OS CUSTOS JÁ DEFINIDOS A PRÓPRIA PREFEITURA DA CIDADE NÃO CONTESTOU O PROJETO. ATT OSEIAS FALCÃO DA SILVA DNIT-AL

Consta anexo na resposta no link:

[Anexo da resposta](#)

Avalie a sua resposta no link:

[Avaliar Resposta](#)

Atenciosamente

Ouvidoria - DNIT

MENSAGEM AUTOMÁTICA. Não responde à esta mensagem.
Se desejar entrar em contato, acesse novamente o sistema